

-----ATA N.º 7-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----Aos oito dias do mês de setembro de 2017, pelas 19.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no auditório municipal sito na Av. 5 de Outubro, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **1.º Ponto** – Eleição do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal;-----

----- **2.º Ponto** - Tomar conhecimento dos Relatórios e Contas – 1.º Semestre 2017 – Câmara Municipal de Torres Vedras e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras – para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, na sua atual redação;-----

----- **3.º Ponto** – Aprovar a proposta de alteração ao Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais nos termos das alíneas c) e d) da Lei n.º 305/2009 de 23.10 e ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Torres Vedras nos termos da alínea 0) do art.º 25.º da Lei n.º 75/20113 de 12.09;-----

----- **4.º Ponto** - Conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual - Preparação do ano letivo de 2017/2018 – Ação social escolar – auxílios económicos – Serviço de Apoio à família – Generalização de refeições no 1.º ciclo de Ensino Básico – Atividades de Enriquecimento curricular – Pessoal não docente, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012 de 21/02;-----

----- **5.º Ponto** - Conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual – Minuta de Protocolo de fornecimento de refeições escolares a crianças da educação pré-escolar a alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012 de 21/02;-----

----- **6.º Ponto** - Conceder autorização prévia para repartição de encargos nos termos do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06 para “Empreitada para a requalificação de Edifício para a Unidade de Cuidados de Saúde de São Mamede da Ventosa”;-----

----- **7.º Ponto** – Autorizar a adesão à Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento, tendo presente a competência prevista na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12.09;-----

----- **8.º Ponto** – Revogar a deliberação da Assembleia Municipal de 06/07/2017, através da qual concedeu autorização prévia para repartição de encargos nos termos do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08-06 - Fornecimento de Energia Elétrica para as instalações alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN), Baixa Tensão Especial (BTE) e Média Tensão (MT), por lotes – ajuste direto – CCP – aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/08 de 29/01 – Acordo Quadro de Eletricidade da Central de Compras da OesteCim n.º 1/2016 – ID – 2100609;-----

-----**9.º Ponto** – Revogar a deliberação da Assembleia Municipal de 06/07/2017, através da qual concedeu autorização prévia para repartição de encargos nos termos do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06 - Aquisição de Serviços na Área dos Seguros, através da contratação de apólices de seguro, por lotes – ajuste direto - CCP – aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/08 de 29/01 – Acordo Quadro n.º 1/2017 – ID – 2234763 – Central de Compras da OesteCim;--

-----**10.º Ponto** - Reconhecimento de Interesses Municipais, para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 4 do art.º 5.º da Lei n.º 165/2014 de 05/11:-----

-----**10.1** - Regularização de exploração agropecuária de ovinos e caprinos – Monte Redondo, União Freguesias de Maxial e Monte Redondo — requerido por Maria Helena dos Santos Lopes Gonçalves, referente ao processo de Obras CI/25/2017; -----

-----**10.2** - Regularização de exploração agropecuária de ovinos e caprinos – Bairro Inocêncio, Torres Vedras Freguesia Santa Maria, São Pedro e Matacães — requerido por António dos Reis referente ao processo de Obras CI/22/2017; -----

-----**10.3** - Regularização de exploração agropecuária de caprinos – Fonte do Casal, União Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira — requerido por Maria de Jesus Marta Alves Nunes, referente ao processo de Obras CI/19/2017; -----

-----**10.4** - Regularização de exploração agropecuária de ovinos e caprinos – Casal dos Areeiros – Fonte Grada, União Freguesias de Santa Maria, São Pedro e Matacães — requerido por Orlando dos Santos Cunha, referente ao processo de Obras CI/24/2017; -----

-----**10.5** - Regularização de exploração agropecuária de ovinos e caprinos – Casal do Chicharo Freguesia de Silveira — requerido por Renato Martinho Alves, referente ao processo de Obras CI/28/2017; -----

-----**10.6** - Regularização de exploração agropecuária de ovinos – Carregueira – Freguesia de Ventosa — requerido por Duarte Rodrigues Alves, referente ao processo de Obras CI/26/2017; ---

-----**10.7** - Regularização de exploração agropecuária de bovinos – Gentias de Baixo, Freguesia de São Pedro da Cadeira — requerido por José António Antunes Franco, referente ao processo de Obras CI/18/2017; -----

-----**10.8** - Regularização de exploração agropecuária para produção de vacas de raça de lide – Casal da Carrasquinha – União de Freguesias de A-dos-Cunhados — requerido por Francisco José Ferreira Paulo, referente ao processo de Obras CI/32/2017; -----

-----**10.9** - Regularização de exploração agropecuária de ovinos e caprinos – Casal do Vale Pobre – União Freguesias de A-dos-Cunhaos e Maceira — requerido por Fernando Ferreira, referente ao processo de Obras CI/17/2017; -----

-----**10.10** - Regularização de indústria de panificação e pastelaria – A-dos-Cunhados – União Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira — requerido por António José e Rosieni Marques Lda,

referente ao processo de Obras OP 3436/1985; -----
---- **10.11** - Regularização de exploração agropecuária de caprinos – Casal da Azenha das Flores, União Freguesias de Santa Maria, São Pedro e Matacães — requerido por Ana Paula dos Santos Silva, referente ao processo de Obras CI/29/2017;-----
---- **10.12** - Regularização de exploração agropecuária de ovinos – Casas Novas – Freguesia de Silveira — requerido por José Maximino Bernardo, referente ao processo de Obras CI/31/2017;----
---- **10.13** - Regularização de exploração agropecuária para produção de vacas de Raça de Lide – Rua dos Camilos n.º 1 – Mouguelas, União Freguesias de Dois Portos e Runa — requerido por Artur Manuel Arrais Conceição, referente ao processo de Obras CI/33/2017;-----
---- **10.14** - Regularização de exploração agropecuária de ovinos e caprinos – Casal da Carrasqueira – União Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira — requerido por José António Estevão, referente ao processo de Obras CI/20/2017;-----
---- **10.15** - Regularização de exploração agropecuária de ovinos e caprinos – Terra do Vale - Freguesia de São Pedro da Cadeira — requerido por José Manuel Pereira Franco, referente ao processo de Obras CI/21/2017;-----
---- **10.16** - Regularização de exploração agropecuária de bovinos – Casal de Torres – União Freguesias de Maxial e Monte Redondo — requerido por Paula Sofia Carreira Luís Nobre, referente ao processo de Obras CI/30/2017;-----
---- **10.17** - Regularização de atividade de fabrico e comércio de pão e pastelaria - Casais de S. Gião – União Freguesias de Santa Maria, São Pedro e Matacães — requerido por Pancrisp – Industria de Panificação, Lda referente ao processo de Obras CI/38/2017;-----
---- **10.18** - Regularização de atividade pecuária - criação de bovinos para produção de leite – Vila Facaia – Freguesia do Ramalhal — requerido por José Simões Amaro, referente ao processo de Obras CI/44/2017;-----
---- **10.19** - Regularização de atividade pecuária – engorda de bovinos – Faineira ou Bastonada – Maxial União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo — requerido por J.N.C.R. Agropecuária Lda , referente ao processo de Obras CI/43/2017;-----
---- **10.20** - Regularização de atividade pecuária – engorda de bovinos – Caminhos Brancos – Cerca, Freguesia de Silveira — requerido por Bugavet – Produção Animal, Unipessoal Lda, referente ao processo de Obras CI/34/2017;-----
---- **10.21** - Regularização de exploração agropecuária para vacaria – Quinta da Bogalheira – União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça — requerido por Sociedade Agrícola Irmãos Severiano, Lda , referente ao processo de Obras CZ/47/2017;-----
---- **10.22** - Regularização de atividade pecuária de suinicultura – Cartaxanas – Freguesia da Silveira — requerido por Cuale, Sociedade Imobiliária Lda , referente ao processo de Obras

CI/42/2017;-----

----- **10.23** - Regularização de atividade pecuária – engorda de bovinos e ovinos – Rua do Rainho – Assenta – Freguesia de São Pedro da Cadeira — requerido por Luís Manuel Alves Martins, referente ao processo de Obras CI/37/2017;-----

----- **10.24** - Regularização e ampliação de Unidade Industrial - Av. dos Combatentes – Ventosa - Freguesia da Ventosa — requerido por Joartemaq – Máquinas Duarte Lda, referente ao processo de Obras CI/39/2017;-----

----- **11.º Ponto** – Tomar conhecimento da petição para a construção de um novo hospital em Torres Vedras, que foi apreciada na Assembleia da República em 20 de abril;-----

----- **12.º Ponto** - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação.-----

----- Estiveram presentes os seguintes membros:-----

-----José Augusto Clemente de Carvalho, Susana Maria Ribeiro Neves, Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Jacinto António Franco Leandro, Rui José Prudêncio, Marco Henriques Claudino, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Francisco João Fonseca Inácio, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, Ana Isabel Marques Fiéis, Maria Leonor Marques Marinheiro Joaquim Manuel Oliveira Gomes, Francisco da Cruz Branco da Silva, António Martins Moreira, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Vitor José Santos Fernandes, Renata Filipa Santos Nunes Simões, Paulo Dinis Faustino Valentim, Secundino Campos Oliveira, Artur Alexandre Santos Narciso, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Pedro Miguel Germano Bernardes, Hélio Batista Gomes, Carlos Manuel dos Santos Terêncio, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, António Filipe Narciso dos Santos, Luis Miguel Antunes Batista, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luis, José Manuel Cristóvão, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho e Vitor Manuel Mendes. --

-----Faltaram os membros Mara Isabel Batista Eleutério e João Alexandre Pires Bernardes -----

---Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Srs. Vereadores Laura Maria Jesus Rodrigues, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Bruno Miguel Félix Ferreira, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Hugo Gerardo Lucas, Claudia Sofia Horta Ferreira, Sérgio Rodrigo Santos Cipriano e Ana Barbara Amaro.-----

Ponto 1 – Eleição do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:-----

----- Tendo presente o falecimento do presidente da Assembleia Municipal Alberto Manuel Avelino que ocorreu no dia 28 de setembro o **Sr. José Augusto de Carvalho**, na qualidade de cidadão do que encabeçou a lista mais votada, como estipula o art.º 45 da Lei n.º 169/1999, de 18.09, na sua atual redação, iniciou a sessão para se proceder à eleição do presidente da Mesa da Assembleia

Municipal, que como determina o n.º 5 do art.º 46.º é o Presidente da Assembleia Municipal. -----
---- Assim, considerando que o primeiro secretário da Assembleia Municipal António Fortunato substituiu com grande dedicação o presidente durante o período que esteve ausente por motivo de doença, tendo em conta que falta um mês para as eleições autárquicas e não faria sentido se não o elessem, propôs para presidente da mesa, António Fernando Alves Fortunato. -----
---- De seguida e não tendo sido apresentada mais nenhuma proposta, deu nota da metodologia a seguir e procedeu-se à votação por escrutínio secreto, em cumprimento do art.º 5 do Regimento da Assembleia Municipal e do n.º 3 do art.º 55.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----
---- Registou-se a seguinte votação:-----
---- Favor – 27 votos;-----
---- Abstenção – 2 votos;-----
---- Brancos – 1 votos;-----
---- Nesta sequência e porque se torna necessário eleger um primeiro secretário propôs, Francisco da Cruz Branco da Silva. -----
---- Não tendo sido apresentada mais nenhuma proposta, deu nota da metodologia a seguir e procedeu-se à votação por escrutínio secreto, em cumprimento do art.º 5 do Regimento da Assembleia Municipal e do n.º 3 do art.º 55.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----
---- Registou-se a seguinte votação:-----
---- Favor – 27 votos;-----
---- Abstenção – 3 votos;-----
---- Brancos – 3 votos;-----
A Mesa da Assembleia Municipal ficou assim constituída: Presidente: António Fernando Alves Fortunato, Primeiro Secretário: Francisco Cruz Branco da Silva e segundo secretário Mara Isabel Batista Eleutério: -----
---- Tomando o seu lugar na mesa o Presidente **António Fortunato**, disse que o segundo secretário se encontrava ausente, chamando para a completar a mesa o membro Maria Leonor Marques Marinheiro:-----
---- A Mesa da Assembleia ficou constituída da seguinte forma: Presidente António Fernando Alves Fortunato, Secretários Francisco Branco da Silva e Maria Leonor Marques Marinheiro. -----
---- As suas primeiras palavras foram, para agradecer à assembleia a sua eleição como presidente da mesa, dizendo que não gostaria que o motivo tivesse sido o falecimento de Alberto Avelino. Um amigo de 60 anos que conheceu quando entrou para o liceu e desde então foram sempre estreitando laços que vão perdurar pois a sua fé leva-o a pensar dessa forma. -----
---- Disse que o Dr. Alberto Avelino, era para além de um amigo, um democrata e um homem que muito deu à sua terra e Torres Vedras só tem que ficar muito grata pelas atitudes que tomou e pela

defesa dos ideais que sempre defendeu. O seu curriculum é sobejamente conhecido e começou pela presidência da Câmara Municipal, tendo sido o primeiro presidente eleito em 1976, continuou na Assembleia da República e no Governo Civil, para além das demais atividades que a saúde lhe permitiu, sendo ultimamente professor na Universidade Sénior de Torres Vedras. -----

-----De seguida informou que tinha na mesa um voto de pesar pelo seu falecimento subscrito pelos Grupos Municipais e representantes partidários presentes, que se transcreve na íntegra. -----

VOTO DE HOMENAGEM E PESAR: -----

-----“Ao ter falecido no passado dia 29 de agosto, perdemos o presidente da nossa Assembleia Municipal, Dr. Alberto Manuel Avelino, cargo que exerceu entre 1986 e 1993 e desde 2002 até aos nossos dias. -----

-----De toda urna vida de serviço público, destaca-se a sua eleição, no primeiro aniversário da Revolução de abril, para deputado à Assembleia Constituinte. Foi, neste sentido, corresponsável pela elaboração e aprovação da nossa lei suprema. -----

-----Eleição que foi a primeira, desde sempre, realizada no país por sufrágio universal, direto e secreto, título de honra que somente o regime democrático confere aos titulares de cargos políticos. -----

-----A 12 de dezembro de 1976, o Dr. Alberto Avelino foi eleito presidente da nossa Câmara Municipal. O primeiro em democracia. -----

----- Posteriormente, foi eleito deputado à Assembleia da República onde assumiu a presidência da Comissão Parlamentar de Administração Interna e Poder Local. -----

-----Na vigência dos XIII e XIV Governos Constitucionais presididos pelo Eng. António Guterres, exerceu o cargo de governador civil do distrito de Lisboa. -----

-----No plano profissional, foi, inicialmente, trabalhador da emblemática Casa Hipólito e, mais tarde, professor efetivo do ensino secundário. -----

----- Foi militante e dirigente do Partido Socialista desde os alvares da democracia. -----

-----No convívio com o Dr. Alberto Avelino duas características, entre outras, foram notórias: por um lado, sempre foi igual a si próprio, na sua simplicidade e espírito fraterno e, por outro, sempre lutou pelas causas do mundo rural e dos mais humildes. -----

----- Presidiu à Câmara Municipal naquele tempo novo, pleno de entusiasmo, em que grupos de conterrâneos assumiam nas suas próprias mãos a resolução das carências mais básicas e, aí, encontrávamos o apolo empenhado e solidário do município. -----

-----Mais tarde, enquanto governador civil, canalizou apoios públicos significativos para as associações recreativas, desportivas, culturais e assistenciais, bem como para instituições religiosas. -----

----- Em especial, no município e no distrito empreendeu cruzadas de bem-fazer em sintonia com o

seu humanismo e sensibilidade social que no poderão ser esquecidas. -----

----O Dr. Alberto Avelino foi, muito justamente, reconhecido em vida ao ser-lhe conferida a Medalha de Mérito Municipal (grau ouro) e ao ser-lhe atribuído o seu nome à praça a sul do Parque Urbano do Choupal, nesta cidade.-----

----Nesta hora, face ao seu falecimento, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, atentas as suas qualidades humanas e o seu labor de urna vida ao serviço da comunidade torriense, muito sentidamente, presta saudosa homenagem ao presidente Alberto Avelino, transmitindo profundo pesar à sua esposa, filhos e demais familiares. “ -----

----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o voto em título e observou um minuto de silêncio em sua homenagem. -----

----O **Sr. José Augusto de Carvalho** propôs que o voto fosse endereçado à família e publicado na íntegra, num formato adequado numa página impar do jornal Badaladas, o que teve a anuência de todos os presentes. -----

----O **Sr. Presidente da Câmara** saudou a forma nobre como a Assembleia homenageou o Presidente Alberto Avelino. -----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

----De seguido a **Sra. Maria Leonor Marinheiro** leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas.-----

----Anota-se que foram numerados 17 documentos que a seguir se indicam:-----

DOCUMENTO 1:-----

----Telegrama remetido pelo Senhor Presidente da República, de 30 de agosto, a enviar à família enlutada do presidente da Assembleia Municipal Alberto Manuel Avelino e a todo o município as mais sentidas condolências, recordando uma vida dedicada ao Município de Torres Vedras e ao serviço do público. -----

DOCUMENTO 2:-----

----E-mail da Assembleia Municipal da Figueira da Foz, de 30 de agosto a manifestar o seu profundo pesar pela morte do presidente da Assembleia Municipal de Torres Vedras, realçando a sua vivência democrática no exercício das funções autárquicas, que desempenhou até à data do seu falecimento.-----

DOCUMENTO 3:-----

----Email da Escola de Serviços e Comércio do Oeste, de 30 de agosto, a informar que foi com enorme pesar que receberam a notícia do falecimento do Dr. Alberto Avelino e em nome de toda a comunidade educativa apresentam à família e amigos as condolências.-----

DOCUMENTO 4:-----

-----E-mail da União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça, de 30 de agosto, que ao tomar conhecimento do falecimento do Dr. Alberto Avelino manifestam pesar a apresentam sentidas condolências ao município e a toda a comunidade torreense, extensivos à família.-----

DOCUMENTO 5: -----

-----E-mail do Gabinete de Apoio à Presidência do Sobral de Monte Agraço, de 29 de agosto, a endereçar à Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Torres Vedras e a todos os munícipes sentidas condolências, assim como à sua família num abraço de solidariedade, comungando da dor pelo falecimento do Dr. Alberto Avelino.-----

DOCUMENTO 6: -----

----- Telegrama do presidente do Turismo Centro de Portugal, Pedro Machado, de 30 de agosto, a manifestar as sentidas condolências pelo falecimento do presidente da Assembleia Municipal, Alberto Manuel Avelino.-----

DOCUMENTO 7: -----

-----E-mail do presidente do Rotary Clube de Torres Vedras, António Ferreira Nunes de 1 de setembro, que ao tomar conhecimento do falecimento do presidente da Assembleia Municipal e insigne torreense vem apresentar as suas mais sentidas condolências, por tão infausto acontecimento.-----

DOCUMENTO 8: -----

----- Carta de União Sindical de Torres Vedras, Cadaval, Lourinhã, Mafra e Sobral de Monte Agraço, de 30 de agosto, que vem manifestar profundo pesar pelo falecimento do Dr. Alberto Avelino e a enviar as mais sentidas condolências a toda a sua família.-----

DOCUMENTO 9: -----

-----Ofício número 257 da Assembleia Municipal de Lagos, a apresentar as mais sentidas condolências e a remeter o voto de pesar aprovado por unanimidade, na primeira reunião da sessão ordinária realizada no dia 04.09.2017 onde foi cumprido um minuto de silêncio em memória do Dr. Alberto Avelino.-----

DOCUMENTO 10:-----

-----Ofício do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, de 29 de agosto, a remeter voto de pesar pelo falecimento de Alberto Avelino, presidente da Assembleia Municipal de Torres Vedras.-----

DOCUMENTO 11: -----

----- Carta de Clarisse Maria Alves Verino a agradecer à Assembleia Municipal o carinho e sensibilidade demonstrada em relação ao falecimento de seu pai António dos Santos Verino.-----

DOCUMENTO 12:-----

----- E-mail do Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, de

16 de agosto, a agradecer o voto a manifestar solidariedade para com o concelho, continuamente devastado pelo flagelo dos incêndios.-----

DOCUMENTO 13:-----

-----E-mail do Presidente da Câmara Municipal de Gois a agradecer reconhecidamente a solidariedade demonstrada através do Voto de Pesar/Solidariedade endereçada a esta autarquia aquando do flagelo dos incêndios florestais que atingiu o concelho de Góis no passado dia 17 de junho.-----

DOCUMENTO 14:-----

-----Ofício número 8908 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 4 de setembro, a remeter para conhecimento minutas dos protocolos de colaboração com a Fábrica Paroquial da Freguesia de São Pedro e Santiago e Fábrica Paroquial da Freguesia de Santa Maria e São Miguel, a incluir esta paróquia, uma vez que a Assembleia Municipal tinha aprovado os necessários compromissos plurianuais na sessão de 27/04/2017, mas onde a Igreja de Santa Maria do Castelo se encontrava afeta indevidamente à Paróquia da Igreja da Freguesia de São Pedro e Santiago, conferindo assim legitimidade à intervenção na igreja em causa.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:-----

DOCUMENTO 15:-----

-----E-mail de João Alexandre Pires Bernardes, a comunicar que não poderá está presente nesta sessão e a solicitar que possa ser efetuada a correspondente substituição, o que por indicação da líder da bancada não foi possível.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI N.º 169/99 de 18.09 NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

DOCUMENTO 16:-----

-----E-mail de Nelson Laureano Oliveira Aniceto de 31 de agosto, a solicitar a sua substituição nesta sessão em virtude de se encontrar ausente do concelho.-----

-----Foi convocado e encontrava-se presente Vitor Manuel Mendes.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 18 DA LEI N.º 75/2013 DE 12.09:-----

DOCUMENTO 17:-----

-----E-mail da Junta de Freguesia da Freiria de 8 de setembro, a informar que o seu presidente, Pedro Miguel Germano Bernardes, por motivos de saúde não poderá estar presente nesta sessão, sendo representado por Maria do Carmo Ferreira.-----

-----Anunciou ainda que o presidente de Junta de Carvoeira e Carmões, José Manuel Cristóvão seria representado na sessão por Paula Mota.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida e aceitou a

justificação de falta apresentada.-----

PREENCHIMENTO DE VAGA:-----

----- Tomou novamente a palavra o **Presidente da Mesa** para informar que, na sequência da vaga ocorrida, a Sra. Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco passou a efetivo como membro da Assembleia Municipal, ao abrigo do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18.09, na sua atual redação. --

----- Informou ainda que recebeu do Sr. Presidente da Câmara, um pedido de aditamento à ordem de trabalhos para conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual – nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012 de 21/02 para os seguintes processos: -----

----- 1 - Minuta do Contrato de Gestão de Eficiência Energética ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28/02, para implementação de medidas de melhoria da eficiência energética nos sistemas de iluminação pública dos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Oeste. -----

----- 2 - Aquisição de serviços de locação financeira,-----

----- Ao abrigo do n.º 2 do art.º 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09, na sua atual redação, colocou à consideração da Assembleia Municipal e teve a anuência de todos os presentes.-----

FESTIVAL NOVAS INVASÕES:-----

----- A presidente de Junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, **Sra. Natalina Luís** interveio no sentido de felicitar a Câmara Municipal pela organização do segundo festival novas evasões que se realizou entre os dias 31 de agosto a 3 de setembro. -----

----- Assinalou que tiveram na cidade e em especial no seu centro histórico um número bastante considerável de figurantes, artistas, artesãos e muito público, do concelho e de fora. A título de exemplo deu nota que na banca do mercado oitocentista onde esteve como voluntária, houve várias pessoas que os abordaram em inglês, francês e espanhol. -----

----- Felicitou toda a organização que soube pela segunda vez envolver na programação mais de vinte associações, quarenta e quatro lojas de comércio tradicional e restauração e vinte e dois parceiros, num trabalho excelente que lhes proporcionou quatro dias de experiências inesquecíveis. -----

----- Assistiram a um brilhante concerto, evocativo das Novas Evasões pela Banda de Música dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras em colaboração com a Camerata Vocal de Torres Vedras, Coro Cant'Arte, Coro Juvenil de Torres Vedras, Coro Municipal da Lourinhã, Grupo Coral Ares Novos, e do Carrilhão LVSITANVS. -----

----- Este festival realizou-se em 21 espaços diferentes da cidade e que espalhou arte, saber e magia com excecionais recriações históricas e uma vez mais mostrou particularidades da evasão francesa e do “modus vivendi” de há 200 anos mas que também soube mostrar projetos contemporâneos nacionais e internacionais. -----

----- Do país convidado vieram tradições da cultura japonesa, bastante distinta da nossa e que lhes apresentou outros horizontes. -----

----- Por último endereçou os parabéns, porque foi um festival com grande participação cultural e um acontecimento que os faz ter orgulho em ser torrienses. -----

----- O **Sr. Joaquim Gomes** também expressou os seus parabéns à autarquia pelo evento que considerou um sucesso e correu muito bem. Participou na feira oitocentista e disse que o seu sucesso resultou do empenho das funcionárias Isabel Silve e Marta Machado. -----

----- O **Sr. João Pedro Gomes também** disse que o festival correu bem e felicitou a Câmara Municipal, lembrando que logo na primeira edição, pelo sucesso que teve e pela divulgação que fez de Torres Vedras, alertaram que merecia ter um carácter anual tendo o edil respondido que não havia verbas -----

----- Mais uma vez se provou que, havendo eventos, as pessoas aparecem.

----- O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu as palavras dos intervenientes anteriores, informando que no primeiro ano fizeram uma experiência e nesta segunda edição melhoraram alguns aspetos para que o evento possa ser no futuro ainda uma maior referência. -----

----- Agradeceu à Vereadora Ana Umbelino que coordenou o festival e a todos os colaboradores da autarquia e associações torrienses envolvidas. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

FEIRA DE S. PEDRO: -----

----- O **Sr. Joaquim Gomes** reportou-se ao certame em título para dizer que ao longo dos anos tem vindo a deixar o seu cariz rural e essa ruralidade faz falta à feira. -----

----- A feira tem tido muitos carros, muitos motores e pouca ruralidade, quando devia ser uma mostra do que se produz no concelho. -----

----- Também lembrou que nos últimos anos foi banida a pecuária, que tem muita representatividade no concelho. Pensa que as pessoas de todas as idades gostavam de ver os animais e esta mostra devia ser incluída novamente. Também desconhece qual a razão que o folclore foi banido, que é do povo e para o povo. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** lembrou que esta feira faz 725 no próximo ano e que já deu indicações para que o gado volte à feira. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

ESTRADA PARA O FORTE DE S. VICENTE: -----

----- O **Sr. Joaquim Gomes** lembrou que aquando das obras do Choupal, a estrada foi requalificada até aqui, mas até ao forte ficou tudo na mesma e está um caos especialmente nas bermas. Faltam passeios, o estacionamento está desordenado e as pessoas, na sua maioria idosas, têm que passar pelo eixo da via. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que no âmbito do PEDU estão a desenvolver um projeto para essa rua onde terminou a intervenção do Choupal, até ao Forte de S. Vicente.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LINHA DE ÁGUA – ACUMEIRA – FREGUESIA DA VENTOSA:-----

-----O **Sr. Joaquim Gomes** alertou que a linha de água em título está sempre poluída e tem de ser limpa. Se querem ter um concelho “verde” têm que ter atenção aos focos de poluição e tentar saneá-los. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que iria averiguar junto dos SMAS. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ANTÓNIO FORTUNATO - VICE CAMPEÃO EUROPEU DE ATLETISMO:-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** pediu a palavra para fazer uma referência a um facto que muito os gratificou, e que, embora pela frequência com que ocorre, está a cair na banalidade, que são as vitórias do agora presidente da Assembleia Municipal, António Fortunato que arrecadou mais um prémio de vice campeão europeu de atletismo. -----

----Disse que era de enaltecer, de saudar e de prosseguir pois em boa verdade a atividade do António Fortunato é um exemplo a vários títulos, que não se faz sem esforço, sem tenacidade, sem dedicação e mesmo espírito de sacrifício, que deve atingir a todos porque a vida em si mesmo é uma grande prova, e ele ensina-os como enfrentar as provas por mais difíceis que sejam. -----

-----Na vertente da atividade física, que muito inveja, que é a muitos títulos benéfica para quem pratica, devia ser um exemplo.-----

-----Por último referiu o prestígio que estes prémios trazem, quer ao país, quer ao concelho, expressando um bem aja e que estão todos de parabéns. -----

-----O **Presidente da Assembleia Municipal** endereçou um duplo agradecimento pela intervenção e pela atitude do membro. -----

-----O autarca do Maxial, **Celso de Carvalho**, deu os seus parabéns e fez votos para que a próxima vez seja campeão e não vice.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** também felicitou o presidente da Assembleia e também fez votos que para o ano seja campeão. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MOBILIDADE - TERMINAL RODOVIÁRIO DE TORRES VEDRAS: -----

-----A **Sra. Marta Galdes** começou por dizer que era a terceira vez que se refere a este assunto e souberam pelo edil que o local onde se encontra o terminal passará a ser definitivo, algo com o qual o PSD está de acordo, uma vez que o suposto local definitivo ainda era mais longe do centro

da cidade e de mais difícil acesso aos seus utilizadores. -----

----Reforçou que hoje têm um terminal que possibilita deixar os carros nos parques de estacionamento que existem perto, mas não têm um terminal que satisfaça as condições mínimas exigidas. -----

----O facto de ser provisório era uma das razões para ter as condições que tem, mas agora que passou definitivo convidou todos os membros da Assembleia Municipal, num dia de chuva, tentarem apanhar um autocarro, para perceberem as condições que atualmente tem. Já lhe deram razão indiretamente porque foram colocados contentores debaixo da cobertura que nem sequer chegam aos autocarros e já foi aberta a porta da Expotorres porque não tinha capacidade para todos os utilizadores. -----

----Disse que é giro andar pelo país e ver uma cidade evoluída como Torres Vedras com um terminal neste estado. Num concelho que luta tanto pela educação é pena que quando utilizam transportes públicos para virem para a cidade estudar, tenham estas condições. -----

---- Concluiu dizendo que este Executivo não o fez e terá que ser outro a melhorar as condições do terminal. -----

---- O **Sr. João Pedro Gomes**, referiu-se ao Plano de Mobilidade da cidade, no qual se enquadra o Terminal Rodoviário para concluir que falhou em quase toda a linha, já que continuam a ter os mesmos constrangimentos de trânsito, as mesmas dificuldades de arranjar estacionamento, com a diferença que aumentaram exponencialmente os lugares de estacionamento pagos. O CDS-PP tinha razão e veio a confirmar-se. -----

---- Secunda a intervenção da Marta Geraldês relativamente à passagem do local do terminal a definitivo e também concorda que esta é a melhor localização e mas as condições têm que ser melhoradas, para prestar um bom serviço a quem o utiliza. -----

----Aproveitou para alertar para a degradação do serviço da Barraqueiro Oeste, do qual têm recebido reclamações de utentes, que são visíveis já que os autocarros estão cada vez mais velhos, têm bancos partidos e chove dentro dos mesmos. Não consta que esta empresa dê prejuízo, mas não presta um bom serviço e este assunto devia ser explorado. -----

----Relativamente às referências feitas à Barraqueiro o **Sr. José Augusto de Carvalho** e tendo presente que os monopólios privados têm vindo a ser combatidos, sendo o exemplo o fornecimento de energia elétrica por parte da EDP, até porque todos reconhecem as virtudes da concorrência e interroga-se para quando, que vantagens e inconvenientes no romper deste monopólio dos transportes de Lisboa para Torres Vedras. Está interessado em colaborar nesse processo de busca para uma solução-----

---- O **Sr. Paulo Valentim** disse que até à data só tinham sido feitas intervenções a dizer mal mas nada de dados concretos. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que antes de fazer esta intervenção o membro Marta Geraldês devia ter feito a preparação do assunto junto dos vereadores do partido a que pertence.-----

-----Deste modo informou que a Câmara Municipal, para além de ter deliberado manter a localização também deliberou, no âmbito do PEDU, desenvolver um projeto para melhorar as condições do terminal, no qual a vertente da cobertura está incluída.-----

-----Quanto à intervenção do membro João Pedro Gomes relativamente ao estacionamento, informou que Torres Vedras já foi reconhecida internacionalmente pelas medidas implementadas, no âmbito Plano de Mobilidade, que a seu ver é um indicador positivo.-----

-----Aconselhou o membro a falar com os comerciantes da cidade, que reconhecem melhorias e que há estacionamento disponível, há mobilidade e há rotatividade. Ainda há uma ou outra situação abusiva, sendo nestas que a Promotorias atua e faz o seu trabalho mas não há maneira de resolver todos os problemas ao mesmo tempo.-----

-----Lembrou que não é por acaso que no final do mês Torres Vedras irá receber por parte da Comissão Europeia o Fórum CIVITAS, o principal evento da Europa em mobilidade.-----

-----Acrescentou que o Plano de Mobilidade e Transportes aprovado para a cidade de Torres Vedras está na sua 3.ª fase e vão prosseguir com a sua implementação.-----

-----No que se refere à Barraqueiro lembrou que a Assembleia Municipal em 01/09/2016 tomou conhecimento da minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito do Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros, celebrado com a OesteCIM, para que aja uma nova dinâmica ao nível das concessões no nosso território e para uma melhor prestação de serviços e equipamentos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SANTA CRUZ – PRAIAS DO CONCELHO:-----

-----O **Sr. Artur Narciso** iniciou a sua intervenção manifestando a sua satisfação por o membro Marta Geraldês dizer Torres Vedras é uma cidade evoluída, opinião que partilha.-----

-----Assim, referiu que Torres Vedras tem 20 km de costa e a cada verão que passa recebem mais estrangeiros nas praias do concelho, quer em Santa Cruz, Porto Novo ou Praia Azul, o que significa que existe obra, que existe qualidade.-----

-----Assim deu os seus parabéns, não só às iniciativas da Câmara, como às privadas que estão cada vez mais a oferecer qualidade. Tiveram um verão com muitas iniciativas, tais como o Ocean Spirit, Static – Homens Estátua, Carnaval de Verão e a Feira Rural.-----

-----Fez notar que de junho a agosto andou nas ruas de Santa Cruz e acha que não deixam nada a dever à qualidade de muitas praias da Península Ibérica. Têm a humildade para receber, simplicidade, qualidade e diversidade de ofertas.-----

-----O **Sr. João Bastos** perguntou ao colega se estava a falar de Santa Cruz de Torres Vedras ou da Califórnia. Lembrou que sempre passou férias nesta localidade e há uns anos a esta parte todos reconhecem que tem menos pessoas.-----

-----Repara que nos dias que se realiza o mercado municipal, tem mais pessoas mas de inverno é desolador.-----

-----O **Sr. João Pedro Gomes** disse que também não concorda com o membro Artur Narciso, relativamente a Santa Cruz. Também costuma lá ir durante o verão, tem fotos das ruas vazias e concorda que foi provavelmente um dos piores Verões.-----

----- Pensa que captam uma percentagem muito ínfima dos turistas que deviam e acha que têm todos que trabalhar, seja qual for o Executivo que resulte das próximas eleições, no sentido de tentar inverter este rumo, arranjando soluções.-----

-----Pedi novamente a palavra o **Sr. Artur Narciso** dizendo que os colegas andam distraídos. Verificou que a oferta hoteleira nos hostels, casas alugadas e hotéis estavam todos ocupados em agosto.-----

----- Por outro lado disse que não podem ter uma visão redutora lembrando que há uns bons anos atrás, Santa Cruz era a só a Praia Centro, e hoje em dia a distribuição das pessoas pelo litoral é maior porque a qualidade é maior desde Porto Novo à Praia Azul.-----

----- Se existe mais oferta hoteleira, se está cheia é porque há mais pessoas.-----

----- Lembrou que já tentaram dizer mal do Carnaval, do comércio tradicional e agora tentam dizer mal de Santa Cruz, e no seu entender não é assim que se defende Torres Vedras.-----

----- O **Sr. João Pedro Gomes** repudiou o que foi dito pelo membro Artur Narciso porque em todas as sessões ataca a oposição. Têm legitimidade para ali estar e alertar com uma postura construtiva para o que acham que está mal. A democracia implica isso mesmo.-----

----- Ainda sobre Santa Cruz o membro **Paulo Valentim** disse que se tirarem fotos a Santa Cruz à noite com nevoeiro é natural que não se veja ninguém.-----

----- No entanto como dado específico em como há mais residentes em Santa Cruz, disse que as turmas do 1.º ciclo estão cheias assim como as de Povoia de Penafirme.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu a intervenção do membro Artur Narciso e fez notar que ano após ano têm vindo a melhorar, no sentido a que possam ter um litoral de referência e desafiou encontrarem outra Câmara Municipal no país que tenha um programa similar ao de Torres Vedras. Acha que só não vê quem não quer ver.-----

-----Relativamente a Santa Cruz aconselhou os membros a ver os dados do INE e dos postos de turismo e a falarem com os comerciantes e com as pessoas. A taxa de ocupação de alojamento é superior à da região centro.-----

----- Reforçou que o operador de Santa Rita norte aumentou a sua faturação em 30% e que Santa

Cruz começa a estar no mapa, assim como todo o litoral do concelho. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESCADA DE MADEIRA - ACESSO AO EDIFÍCIO SOL JARDIM:-----

---- A **Sra. Teresa Oliveira** referiu-se mais uma vez à escada de madeira em título, que depois da sua intervenção na sessão ordinária de abril foi remendada, mas está a deteriorar-se o que será certamente por falta de manutenção.-----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que a escada foi reparada, mas tomou a devida nota. -

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

VIADUTO SOBRE A AV. POENTE:-----

---- A **Sra. Teresa Oliveira** alertou que no acesso de madeira ao viaduto pedonal desta via rápida também não há manutenção, e estão apreensivos. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu o alerta do membro, informando que o Vereador do setor tomou a devida nota no sentido de fazer as reparações. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CLUBE DE ROBÓTICA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. GONÇALO – CAMPEÃO DO MUNDO:-----

---- A **Sra. Leonor Marinheiro** interveio para registar o sucesso dos professores e alunos da Escola S. Gonçalo, que elevaram a patamares fantásticos o nome de Torres Vedras, ao terem sido campeões mundiais de robótica e cujo sucesso é também o sucesso de todos os torrienses. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** manifestou o seu orgulho por este feito de alunos torrienses e informou que a Vereadora da Educação Laura Rodrigues acompanhou a equipa ao Japão, tendo sido enriquecedor para a autarquia no sentido de terem uma relação com a organização da prova.

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LIVROS DE OBRAS ANTIGOS – DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA:-----

---- O **Sr. João Bastos** fez notar que nos serviços da DGU existem livros de registos de obras antigas, que são muitas vezes utilizados para fazer pesquisas de números de processos e sugeriu que poderiam ser digitalizados e disponibilizados no site da autarquia. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que a sugestão era bem vinda e informou que a autarquia já investiu em digitalizadores no sentido de avançar com esse trabalho. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

EDIFÍCIO JUNTO AO MERCADO:-----

---- O **Sr. João Bastos** deu nota que em assembleias anteriores o edil disse que esta obra iria continuar mas verificou que continua parada e não se vê qualquer tipo de atividade e assim têm no coração da cidade um estaleiro que parece eternizar-se. -----

---- Deste modo e se a obra não avança, questionou como é que a Câmara Municipal vai

solucionar este problema.-----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que a obra está em curso, não com a velocidade que gostariam, mas a possível e que reuniu recentemente com o construtor e com a entidade bancária envolvida, que pediu 15 dias para resolver a situação.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MACEIRA- PORTO NOVO:-----

---- O **Sr. Francisco Inácio** começou por assinalar que esta seria a sua última intervenção como membro da Assembleia Municipal, onde participou desde 1998, 16 anos como presidente de junta da Maceira e nos últimos quatro anos, eleito pelas listas do PS.-----

---- Disse que foi um privilégio durante 20 anos defender ali a sua terra, sempre no sentido dos interesses da Maceira. Desempenhou as funções da maneira que melhor soube e foi um privilégio ter sido membro da Assembleia Municipal.-----

---- Por último deu nota que Porto Novo conseguiu este ano ter bandeira azul e ainda, fruto da melhor qualidade da água e do esforço da autarquia, ter gaivotas e caiaques no Rio Alcabrichel----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu o trabalho desenvolvido pelo autarca tendo sido um privilégio de trabalhar com ele. Manifestou-se satisfeito porque conseguiram investir na qualificação deste espaço público, devolvendo a vida ao Rio Alcabrichel e permitindo que a população possa usufruir do mesmo.-----

---- Desejou-lhe as melhores felicidades.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE MOBILIDADE:-----

---- O **Sr. Rui Prudêncio** dirigiu-se à mesa da assembleia, lembrando que foi constituída uma comissão para elaborar um relatório sobre a mobilidade, questionando se tem conhecimento do ponto de situação.-----

---- O **Sr. Presidente da Mesa** informou que não tinha recebido nenhum relatório.-----

---- Na qualidade de membro da comissão em título o **Sr. Secundino Oliveira** recordou que esta foi criada há três anos atrás, e reuniu algumas vezes, tendo como coordenador o presidente de Junta de Santa Maria, São Pedro e Matacães.-----

---- Informou ainda que se avançou significativamente na elaboração do relatório e da sua parte ficou concluído em 30 de novembro de 2016. Entretanto solicitou alguns dados que chegaram em janeiro, mas o coordenador nunca mais marcou reuniões nem desenvolveu quaisquer esforços para entregar o relatório. Está pronto mas não foi entregue, com muita pena sua.-----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que também solicitou oficialmente à comissão que entregasse o relatório.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MURO NA QUINTA DAS MARVÃS: -----

-----O **Sr. Rui Prudêncio** alertou que o muro que se encontra em frente ao cruzamento para o Barro apresenta uma inclinação com alguma perigosidade e os serviços da câmara deviam averiguar e alertar o proprietário.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que o Vereador Bruno Ferreira iria enviar a equipa de vistorias indagar. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MANDATO DE 2013/2017: -----

-----Uma vez que se aproxima o fim do mandato o membro **Sra. Marta Geraldês** disse que gostava de agradecer a todos os membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, que lhe ajudaram a perceber o que era uma Assembleia Municipal.-----

-----Lembrou que chegou muito nova e por vezes sem ter a noção de quando intervir, quando ouvir e quando criticar construtivamente. Pensa que não existe ninguém nesta assembleia que não se orgulha do seu concelho, e têm todo o direito e legitimidade de apresentar as suas posições, apesar de serem de bancadas diferentes e terem opiniões diferentes.-----

-----Acha que nenhum torriense diz mal do comércio, de Santa Cruz ou do seu Carnaval, mas podem achar que há aspetos a melhorar. Em democracia faz todo o sentido assinalar aspetos a melhorar, porque se assim não for, não estão na assembleia a fazer nada porque o trabalho está feito. -----

-----O **Sr. João Bastos** disse que fazia suas as palavras da colega, em relação ao papel da oposição, pois nunca disseram mal do concelho de Torres Vedras. Fazem intervenções de carácter construtivo e não podem dizer que só estão ali para dizer mal, que não é verdade. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FIM DO MANDATO - ELEIÇÕES: -----

-----O Presidente de Junta da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo **Sr. Celso de Carvalho** pediu a palavra para agradecer ao Executivo, não esquecendo o período com o Dr. Carlos Miguel, o muito que tem sido feito pelo interior, em especial pela freguesia que preside. -----

-----Aproveitou para desejar boa sorte aos que são candidatos deixando aos colegas, Ana Cristina Abreu, Carlos Terêncio, António Filipe Santos que não se vão candidatar a mensagem de que a amizade fica para toda a vida. -----

-----Aos outros membros da Assembleia que não são candidatos deixou um braço amigo. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu as palavras do autarca e também agradeceu aos que não são candidatos, pelo trabalho que fizeram e que está convicto que continuarão noutras funções.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

BALANÇO FINAL:-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que entregou na mesa o documento em título que contém a actividade da autarquia ao longo destes 4 anos e que gostaria que fosse distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Aproveitou para agradecer a todos os membros e também aos colaboradores da Câmara, SMAS e Promotorres porque a missão foi cumprida.-----

----- Concluiu dizendo que ter o município com equilíbrio económico financeiro na Câmara, SMAS e Promotorres para ele foi primordial, e do qual se orgulha. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ASSALTOS NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS:-----

----- O **Sr. Luis Carlos Lopes** começou por dizer que percebe que o edil possa estar orgulhoso.---

----- No entanto vinha dar nota do assunto em título que hoje foi notícia nas redes sociais, mas que se torna evidente de há alguns tempos a esta parte. Sabe que haverá um novo Executivo mas até lá, como é urgente quem está tem que tomar medidas e agir, o que provavelmente já devia ter sido feito. -----

----- Assim deu nota que têm surgido alguns assaltos no meio rural, tendo a Caixa de Crédito Agrícola deixado de ter multibanco a funcionar nas aldeias, e o da cidade perto da praça também encerra à meia noite. -----

----- Hoje foi notícia o assalto a um multibanco e também têm sido noticia alguns assaltos a moradias. Não é um problema grave mas começa a ser preocupante, porque gera alguma insegurança entre as pessoas idosas. Estão a falar de apartamentos em Torres Vedras e fala-se que tem a ver com um clima menos simpático entre a PSP e a Promotores. -----

----- Certo é que se vêem menos agentes da PSP em Torres Vedras ao longo do dia porque existem agentes da Promotores. Não é para alarmismos mas têm que saber se a PSP ficou desagradada e se há alguma disputa no que se refere a autuações. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que tem mantido um diálogo permanente com as forças de segurança do concelho e o que o membro acabou de dizer é uma falácia. -----

----- Existe uma relação profícua de muita parceria entre a PSP e a Promotorres, na gestão da cidade, nomeadamente no estacionamento. -----

----- Quanto à segurança de pessoas e bens, os rácios indicam que Torres Vedras é altamente segura, comparativamente com territórios similares. -----

----- Também assegurou que têm feito um trabalho excelente com a GNR no que se refere aos meios rurais, em especial na vertente da prevenção. Existe uma relação institucional forte no sentido a que Torres Vedras seja conhecida pela segurança, como é.-----

----- Deixa o seu voto de confiança a quem está a comandar a GNR e a PSP nesta relação muito

cordial e diária.-----

----- Nesta altura o **Sr. Presidente da Mesa** disse que fariam uma pausa nos trabalhos para jantar e retomariam os trabalhos com a discussão do ponto dois.-----

PONTO 2 - TOMAR CONHECIMENTO DOS RELATÓRIOS E CONTAS – 1.º SEMESTRE 2017 – CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS – PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 77.º DA LEI N.º 73/2013, DE 03/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO;-----

----- Presente ofício número 8834, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de agosto a remeter em CD os documentos em título.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** começou por relevar, relativamente à Câmara Municipal que têm vindo a melhorar num conjunto de rácios, nomeadamente a nível da solvabilidade, autonomia financeira e liquidez geral, mas a receita global também tem sido satisfatória.-----

----- No que se refere à despesa, o PPI tem cerca de 27% de execução, tendo em conta que engloba 3 grandes obras, duas das quais já se iniciaram, o Centro Educativo de S. Pedro da Cadeira, e o Centro de Artes e Criatividade. A obra da Proteção Costeira de Santa Cruz já teve o visto do Tribunal de Contas, pelo que devem ter uma excelente execução no 2.º semestre.-----

----- Registou o aumento do ativo, um resultado líquido referencial e um aumento de custos positivo resultante da reposição da massa salarial, o que é um bom indicador.-----

----- Como aspeto negativo deu nota que a frota do município está muito envelhecida e os valores para a reparação são muito elevados. Também teve impacto nesta prestação de contas os custos envolvidos com estudos e pareceres para um conjunto de candidaturas, nomeadamente para o mercado abastecedor e para a criação da área protegida marinha da Foz do Sizandro.-----

----- No que se refere aos SMAS ressaltou o trabalho que têm vindo a desenvolver na redução de custos, em especial em cerca de 50% na fatura energética,-----

----- Agradeceu às equipas da Câmara Municipal e dos SMAS e deu a palavra ao **Administrador Sérgio Simões**, para mais alguns esclarecimentos.-----

----- O **Sr. Administrador** desde logo assinalou a melhoria de resultados que eram negativos em 2016 de €28.000,00 para um resultado positivo de €215.000,00 que se devem essencialmente ao aumento de venda de água ou seja acréscimo de receita e à redução significativa dos custos na rubrica de trabalhos especializados onde se incluiu o pagamento dos efluentes à Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Também se verificou a redução de 55% no consumo energético e a diminuição com os custos das amortizações. Tudo somado conduziu a este resultado que abre boas perspetivas para o final do ano.-----

----- Teve de seguida a palavra o **Sr. Marco Claudino** salientando que a evolução das contas em relação ao mesmo período do ano transato foram apresentadas no que se refere aos SMAS, mas

essa apresentação não foi feita em relação à Câmara Municipal, considerando importante que tivesse sido feito. -----

---- Assim e relativamente às receitas, assinalou que ao nível de impostos e taxas o aumento foi de 8%, o que diz muito daquilo que sempre defenderam sobre a possibilidade de reduzir a sobrecarga de impostos nomeadamente no IMI. -----

---- No que respeita às despesas e já que o edil apenas se referiu à remuneração com o pessoal, assinalou que não foi nesta área que foi mais visível o aumento dos custos, que de facto se registou nas mercadorias, ou seja alcatrão. Entende que não é possível um bom planeamento quando estes custos aumentaram neste primeiro semestre de 61%, e que se compararem com 2015 aumentaram 14 vezes mais. -----

---- Disse que não será uma coincidência o ano eleitoral que vivem. -----

---- Frisou que o edil também disse que o resultado líquido do exercício é referencial, mas pelo segundo ano consecutivo baixa significativamente e se baixar a este ritmo daqui a dois anos voltam a ter défice, apesar do aumento de 8% nas receitas dos impostos.-----

---- Não só ao nível de resultados do exercício, mas também do operacional há uma redução muito significativa.-----

---- Como não vivem isolados recordou que todos os municípios tem resultados líquidos positivos fruto das leis que, com o anterior governo eram más mas que se mantém com o governo do PS, As dívidas voltaram a aumentar no curto prazo 20%, e os fornecedores é que estão a pagar a política de 2017 porque esta dívida aumentou 25%. -----

---- É uma inversão completa da tendência generalizada em todo o país de melhoria, não só do resultado do exercício, mas também na redução da dívida a curto prazo e a fornecedores e no controlo de despesa. -----

---- Não está confortável com os resultados apresentados ao nível da evolução e tendência.-----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** começou por esclarecer que não fizeram aumento de impostos e até reduziram as taxas de Urbanismo em 50%, que do ponto de vista global já tem incidência neste primeiro semestre. -----

---- Sobre o que o membro evocou relativamente às mercadorias, informou que nessa rubrica não está apenas a aquisição de betuminosas, para as quais a Câmara Municipal fez um contrato de fornecimento para 3 anos. A média anual de pavimentações é cerca de 20Km por ano que fazem por administração direta e não é por ser um ano de eleições que fazem mais ou menos.-----

---- Informou ainda que este ano apenas a requalificação da EN555 entre Capa Rosa/Casal do Sol não foi por administração direta.-----

---- No que diz respeito ao resultado líquido do período em análise, como já citou, houve aumento de custo com pessoal, conservação e reparação de viaturas e estudos. -----

----- Quanto à solvabilidade do município têm uma excelente capacidade e melhoraram este rácio desde 2015. A autonomia financeira é de 63% a melhorar sucessivamente, a liquidez geral é de 69% contra 59% do anterior e o prazo de pagamento a fornecedores de acordo com os dados da DGAL, está melhor do que no ano anterior. -----

----- São dados inequívocos do trabalho que o município tem vindo a desenvolver. -----

----- Pediu novamente a palavra o **Sr. Marco Claudino** para fazer notar que não disse que aumentou os impostos mas que aumentaram as receitas das taxas e impostos e que era possível baixar, tal como sempre disseram. -----

----- Quanto às mercadorias apenas se reportou ao que consta no relatório. -----

----- Também disse que o valor da dívida a curto prazo a fornecedores aumentou 25%. Esta é a realidade, mais despesa, mais impostos e mais dívida e pior resultado líquido do exercício. Analisando os números, há degradação das contas do município e uma evolução negativa nos últimos dois anos que está claro no relatório e não oferece dúvida a ninguém. -----

----- O **Sr. Jacinto Leandro** disse que estavam perante um relatório intermédio que não tem que ser sujeito a votação e pretende dar aos membros a informação geral da execução orçamental e que demonstra que genericamente evoluíram de forma favorável, quer no que diz respeito ao equilíbrio financeiro, quer à execução orçamental. -----

----- Quanto ao aumento da dívida a fornecedores, referiu-se ao índice de liquidez geral de 69% contra 58% do ano passado, que mostra uma capacidade para solver a dívida a curto prazo. -----

----- Deu nota de uma margem de endividamento de 10 milhões de euros. Referiu-se também aos dados quanto à solvabilidade, à boa capacidade de solver os compromissos de médio longo prazo, ao aumento do imobilizado e a um decréscimo significativo do passivo relativamente a 2015. -----

----- Deu nota ainda que a execução da receita global é mais satisfatória, que a execução da despesa. -----

----- Se houvesse a preocupação da campanha eleitoral teriam uma despesa global muito mais acentuada e não apenas de 38,74%. -----

----- Quanto aos aumentos das rubricas que têm a ver com obra, no que se refere ao IMI e IMT devem-se a situações excecionais e se estes índices se mantiverem poderão estar em condições de, no próximo, ano reduzir estes impostos. -----

----- Resumidamente trata-se da melhoria do equilíbrio financeiro, que está vertido nos documentos e deu os parabéns à equipa que elaborou o documento porque está claro e acessível e tem vindo a melhorar ao longo dos anos. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 3 – APROVAR A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO ORGÂNICO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS NOS TERMOS DAS ALÍNEAS C) E D) DA LEI N.º 305/2009 DE 23.10 E

AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS NOS TERMOS DA ALÍNEA O) DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/20113 DE 12.09:-----

-----Presente ofício número 8836, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de agosto, que de acordo com o deliberado pelo Executivo em sua reunião realizada nesta data, remete a proposta em título consubstanciada na informação n.º 230/2017 da Chefe de Divisão de Recursos Humanos. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** lembrou que o governo fez um conjunto de restrições à administração local a nível da redução dos chefes de divisão e diretores de departamento. -----

-----Mais informou que deixaram de ter chefe de divisão da contratação pública, que foi assumida pela chefe de divisão financeira, Dra. Jesus Guerra e nesse ajustamento também terminaram com a divisão de ordenamento do território. -----

-----Tendo presente o orçamento de Estado para 2017 revoga a lei que restringiu o número de dirigentes na administração local e as necessidades atuais da autarquia, entendeu o Executivo Municipal por unanimidade, apresentar esta proposta para reorganizar os serviços com pequenos ajustes à orgânica. -----

-----Assim vão repor a Divisão de Ordenamento do Território e criar a Divisão de Contratação Pública. Na sequência da entrada em funcionamento da Loja do Cidadão, será criada uma secção para os funcionários que ali trabalham, na dependência da Divisão Administrativa, sendo extinta a “Área de Atendimento Único” -----

-----O **Sr. Joaquim Gomes** disse que o grupo municipal do PCP iria votar a favor, mas é preciso que esta alteração não sirva só para criar cargos de chefias e permita também a entrada de pessoal administrativo e operário.-----

-----Não se registaram mais intervenções pelo que o Presidente da Mesa submeteu à votação o assunto em título. -----

-----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a aprovar a proposta de alteração ao regulamento orgânico dos serviços municipais nos termos das alíneas c) e d) da Lei n.º 305/2009 de 23.10 e ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Torres Vedras nos termos da alínea, o) do art.º 25.º da Lei n.º 75/20113 de 12.09 e nesse sentido: -----

-----a) Artigo 3.º, n.º 4 - Passar o número de subunidades orgânicas de 11 para 14, para viabilizar a criação de duas novas secções, deixando uma margem disponível de uma secção, passando a constar: “ O número máximo de subunidades orgânicas correspondentes a secções é fixado em 14.” As duas novas secções, a criar por despacho do Presidente da Câmara com as respetivas atribuições na dependência da Divisão Administrativa, serão ligadas á atividade de atendimento ao público, atento o exposto no preâmbulo da presente informação. Uma abrangerá o atendimento feito no edifício multisserviços e a outra abrangerá o atendimento da loja do cidadão. As

atribuições destas unidades constarão nos artigos 45.º e 45.º- A, extinguindo-se a “Área de Atendimento Único”.-----

-----Artigo 3.º, n.º 3 — Passar o número de unidades orgânicas flexíveis de 16 para 17, atendendo à necessidade de criar uma Divisão, conforme fundamentado no ponto 3, e de passar uma direção intermédia de 3 grau para 2 grau (Divisão) conforme fundamentado no ponto 7 da presente informação, passando a constar:-----

-----“O número máximo de unidades orgânicas flexíveis do município é fixado em 17, correspondentes a 15 Divisões, duas das quais definidas no regulamento orgânico dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento e 2 direções intermédias de 3.º grau”.-----

----- No mapa de pessoal:-----

----- Criar o cargo de Chefe da Divisão de Contratação Pública, exigindo-se para o preenchimento do mesmo a licenciatura em Auditoria Contabilística.-----

----- Manter o cargo de Chefe da Divisão Financeira, exigindo-se para o preenchimento do mesmo a licenciatura em Contabilidade e Fiscalidade.-----

----- Criar o cargo de Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Territorial, exigindo-se para o preenchimento do mesmo a licenciatura em Arquitetura.-----

----- Criar até quatro postos de trabalho de Coordenador Técnico (a criar medida que as correspondentes subunidades orgânicas sejam formalizadas por despacho do Presidente da Câmara).-----

----- Anota-se que se encontrava ausente António Moreira.-----

PONTO 4 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL - PREPARAÇÃO DO ANO LETIVO DE 2017/2018 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – AUXÍLIOS ECONÓMICOS – SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA – GENERALIZAÇÃO DE REFEIÇÕES NO 1.º CICLO DE ENSINO BÁSICO – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – PESSOAL NÃO DOCENTE, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI N.º 8/2012 DE 21/02:-----

----- Presente ofício número 8835 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de agosto a remeter o processo em título visando a assunção do compromisso plurianual, de acordo com o deliberado pelo Executivo em sua reunião extraordinária realizada em 31.08.2017, com base na informação DEAF/30 da Divisão de Educação e Atividade Física.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que este ponto e o seguinte se referem a encargos plurianuais na área da educação, onde o município é uma referência em função do trabalho tem vindo a desenvolver, e esta deliberação vai contribuir para a continuação do seu sucesso.-----

----- Não se registaram intervenções pelo que o Presidente da Mesa colocou à votação a autorização em epígrafe.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual - preparação do ano letivo de 2017/2018 – ação social escolar – auxílios económicos – serviço de apoio à família – generalização de refeições no 1.º ciclo de ensino básico – atividades de enriquecimento curricular – pessoal não docente com o valor previsto para 2017 de €782.223,90, e de janeiro a julho de 2018 de €1.577.163,15.-----

-----Anota-se que se encontrava ausente da sala Marta Galdes e António Moreira.-----

PONTO 5 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL – MINUTA DE PROTOCOLO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES A CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR A ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI N.º 8/2012 DE 21/02;-----

-----Presente ofício número 8516 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 24 de agosto, a remeter o protocolo em título que tem efeitos a partir de 01/09/2016, sendo renovado automaticamente para os anos letivos seguintes, num limite máximo de 4 anos, visando a assunção do compromisso plurianual, de acordo com deliberado pelo Executivo em 22/08/2017.---

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual – minuta de protocolo de fornecimento de refeições escolares a crianças da educação pré-escolar a alunos do 1.º ciclo do ensino básico, para o qual se prevê um valor de €25.000,00 a pagar em 2017 e bem como o mesmo valor anual para o período de vigência do protocolo.-----

-----Anota-se que se encontravam ausentes da sala Marta Galdes e António Moreira-----

PONTO 6 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS NOS TERMOS DO N.º 1 DO ART.º 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99,DE 08.06 PARA “EMPREITADA PARA A REQUALIFICAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA A UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE DE SÃO MAMEDE DA VENTOSA”;-----

-----Presente ofício número 8517, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de agosto, a remeter a informação número 391/2017, da Secção de Contratação Pública, de 31/07/2017, referente ao procedimento em título para efeitos de autorização da repartição de encargos.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que se trata de uma das ações consignadas no Portugal 2020 para melhorar equipamentos, sendo este na área da saúde, que servirá a comunidade da Ventosa permitindo maior capacidade para atrair de médicos de família, dando-se mais um passo para ajudar a resolver este problema.-----

-----Não se registaram intervenções e passou-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade conceder autorização prévia para repartição de encargos, para “empreitada para a requalificação de edifício para a unidade de

cuidados de saúde de São Mamede da Ventosa” prevendo-se os seguintes valores: 2018 - €319.150,41(+IVA) e 2019 - €258.441,26 (+IVA).-----

----- Anota-se que se encontravam ausentes da sala Marta Geraldês e António Moreira. -----

PONTO 7 – AUTORIZAR A ADESÃO À REDE INTERMUNICIPAL DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, TENDO PRESENTE A COMPETÊNCIA PREVISTA NA ALÍNEA K) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013 DE 12.09: -----

----- Presente ofício número 8518, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de agosto de 2017, a remeter o processo em título que engloba os estatutos e regulamento da associação em causa, para a devida autorização. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** apresentou a rede para a qual foram convidados a aderir pelo município de Loures, no sentido de promover a cooperação de desenvolvimento social. -----

----- O **Sr. João Bastos** lembrou que pediram uma listagem com as adesões, as respetivas quotas e atividades feitas no âmbito destas adesões, tendo sido apenas disponibilizado uma listagem.-----

----- Deu como exemplo Associação de Municípios com Centro Histórico, à qual o município pertence mas não sabe o que é feito neste âmbito. -----

----- O **Sr. Luis Carlos Lopes** manifestou a sua surpresa pelo facto de ter passado um ano desde a proposta inicial de adesão. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que nos relatórios anuais da Câmara Municipal consta uma listagem de todas as associações que o município faz parte e a respetiva quotização. -----

----- Relativamente à associação que o membro citou informou que fazem parte dos corpos diretivos, têm atividade dentro do seu âmbito e o representante da Câmara Municipal é o Vereador Bruno Ferreira. -----

----- No que se ao momento da adesão esclareceu que houve diálogo com os promotores, tendo depois a proposta sido validada do ponto de vista técnico e agora estão em condições de aderir. --

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, 29 votos a favor e com 7 abstenções autorizar a adesão do Município de Torres Vedras à Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento. -----

----- Anota-se que se abstiveram os membros do PSD e do CDS e estavam ausentes da sala Marta Geraldês e António Moreira. -----

PONTO 8 – REVOGAR A DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 06/07/2017, ATRAVÉS DA QUAL CONCEDEU AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS NOS TERMOS DO N.º 1 DO ART.º 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 08-06 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN), BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) E MÉDIA TENSÃO (MT), POR LOTES – AJUSTE DIRETO – CCP – APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 18/08 DE 29/01

– ACORDO QUADRO DE ELETRICIDADE DA CENTRAL DE COMPRAS DA OESTECIM N.º 1/2016 – ID – 2100609:-----

-----Presente ofício número 7365, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 28 de julho, a dar conhecimento que a Câmara Municipal em sua reunião de 27/07/2017, tomando conhecimento da informação n.º 377/2017 da Secção de Contratação Pública, deliberou revogar a sua deliberação de 04/07/2017, relativa à abertura do concurso, e que foi submetida a este órgão para efeitos de aprovação de repartição de encargos na sua sessão extraordinária de 06/07/2017.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que não lhe agradou ter que pedir à Assembleia Municipal que revogasse a sua deliberação de 6 de julho último. No entanto, entendeu ser esta melhor opção para cumprir com a lei dos compromissos, no que diz respeito à energia e aos seguros.-----

-----O **Sr. Luis Carlos Lopes** fez notar que os pontos 8 e 9 são contraditórios aos pontos que vão aditar à agenda, dado a justificação da revogação ser por falta de liquidez.-----

-----No que se refere aos seguros deu nota que se trata do valor de €25.800,00 para 2017 e acha estranho uma Câmara Municipal com tantos dados positivos não poder assumir este valor para além de não poder deixar de ter seguros. O de fornecimento de energia é um pouco mais volumoso, mas também não seria de certeza impeditivo.-----

-----É contraditório e confuso pois todos sabem que mesmo que não haja cabimento, há possibilidade de se fazer alterações orçamentais.-----

-----Depois são aditados dois pontos à ordem de trabalhos para os quais já há verbas. Parece-lhe estranho, e solicita os devidos esclarecimentos.-----

-----A **Sra. Teresa Oliveira** lembrou que a revogação dos pontos 8 e 9 coloca-se devido à existência da lei dos compromissos que surgiu no governo anterior e que continua com o atual, senão não estavam nesta situação. Foi criada pelo governo central que gosta de não dar autonomia às Câmaras Municipais.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** concordou que se trata de uma lei absurda e já deu nota ao Primeiro Ministro disso mesmo.-----

-----Esclareceu que durante o mês de agosto não havia fundos disponíveis e uma vez que esta era a previsão até ao final do ano, o Executivo entendeu que esta era a melhor metodologia do ponto de vista técnico quer no ponto 8 quer no ponto 9.-----

-----Em relação aos pontos aditados informou que em setembro tiveram alguns fundos disponíveis, que aplicaram nestes dois processos.-----

-----A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, revogar a sua deliberação de 06/07/2017, através da qual concedeu autorização prévia para repartição de encargos nos termos do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08-06 - fornecimento de energia elétrica para as

instalações alimentadas em baixa tensão normal (btn), baixa tensão especial (bte) e média tensão (mt), por lotes – ajuste direto – CCP – aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/08 de 29/01 – Acordo Quadro de Eletricidade da Central de Compras da OesteCIM n.º 1/2016 – ID – 2100609:-----

-----Anota-se que se encontrava ausente da sala António Moreira.-----

PONTO 9 – REVOGAR A DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 06/07/2017, ATRAVÉS DA QUAL CONCEDEU AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS NOS TERMOS DO N.º 1 DO ART.º 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99,DE 08.06 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DOS SEGUROS, ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO DE APÓLICES DE SEGURO, POR LOTES – AJUSTE DIRETO - CCP – APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 18/08 DE 29/01 – ACORDO QUADRO N.º 1/2017 – ID – 2234763 – CENTRAL DE COMPRAS DA OESTECIM.-----

-----Presente ofício número 7365 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28 de julho, a dar conhecimento que a Câmara Municipal em sua reunião de 27/07/2017, tomando conhecimento da informação n.º 376/2017 da Secção de Contratação Pública, deliberou revogar a sua deliberação de 04/07/2017, relativa à abertura do concurso, e que tinha sido submetido a este órgão para efeitos de aprovação de repartição de encargos na sua sessão extraordinária de 06/07/2017.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade revogar a deliberação da assembleia municipal de 06/07/2017, através da qual concedeu autorização prévia para repartição de encargos nos termos do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei 197/99,de 08.06 - aquisição de serviços na área dos seguros, através da contratação de apólices de seguro, por lotes – ajuste direto - CCP – aprovado pelo Decreto - Lei n.º 18/08 de 29/01 – Acordo Quadro n.º 1/2017 – ID – 2234763 – Central de Compras da OesteCIM.-----

-----Anota-se que se encontrava ausente da sala António Moreira.-----

-----Nesta altura e ao abrigo da disposição constante do art.º 50.º da Lei n.º 75/2013 de 12.09, na sua atual redação foram discutidos os dois pontos aditados.-----

PONTOS ADITADOS:-----
CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO Art.º 6 DA LEI 8/2012 DE 21/02 - MINUTA DO CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA AO ABRIGO DO DISPOSTO NO DECRETO-LEI N.º 29/2011, DE 28/02, PARA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE:-----

-----Presente ofício número 9064, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 6 de setembro, a remeter a minuta do contrato em título para a devida autorização.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que se trata de um dos processos mais complexos

desenvolvidos no seio da OesteCIM, que engloba dois tipos de modelos no sentido de renovar todo o parque de iluminação pública que presentemente é a vapor de sódio ou mercúrio para tecnologia led.-----

----- Não se registaram intervenções passando-se de imediato à votação. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012 de 21/02 - Minuta do contrato de gestão de eficiência energética ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28/02, para implementação de medidas de melhoria da eficiência energética nos sistemas de iluminação pública dos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Oeste no valor de €3.257.949,18 (+IVA) distribuídos da seguinte forma: 1.º ano – €152.909,11 e 2.º ano e restantes - €282.276,37 (por ano).-----

----- Anota-se que se encontrava ausente da sala António Moreira. -----

CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI N.º 8/2012 DE 21/02 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA:-----

----- Presente ofício número 9257, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 8 de setembro, a remeter o processo em título, para a devida autorização.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que se trata do processo de renovação da frota municipal em várias áreas e alguns equipamentos. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual - nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012 de 21/02 - Aquisição de serviços de locação financeira no valor global de €436.530,77 (+IVA) distribuídos do seguinte modo: 2017 - €35.242,61, 2018 - €143.799,79, 2019 – €142.638,34 e 2020 - €114.850,03.-----

----- Anota-se que se encontrava ausente da sala António Moreira. -----

PONTO 10 - RECONHECIMENTO DE INTERESSES MUNICIPAIS, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ART.º 5.º DA LEI N.º 165/2014 DE 05/11:-----

----- Nesta altura o **Sr. José Augusto de Carvalho** ausentou-se da sala.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** fez uma apresentação genérica de todos os processos de reconhecimentos de interesses agendados, informando que o Executivo tem vindo a trabalhar nestes processos ao abrigo do normativo legal em título, abrindo a possibilidades aos promotores de poderem legalizar as suas explorações.-----

----- Informou ainda que para além dos pareceres técnicos feitos pelos serviços, o Executivo visitou os locais para verificarem cada uma das situações, do que resultou este conjunto de processos que entenderam estarem em condições de serem remetidos ao Órgão Deliberativo e alguns que

foram rejeitados.-----

----Frisou que este será mais um passo que irão dar, sabendo que haverá ainda uma conferência de serviços com as diversas entidades, que decidirá se cada uma das situações terá provimento. -

----Pedi a palavra a **Sra. Teresa Oliveira** dizendo que reconhecer o interesse municipal a todos estas atividades, tem que ser uma decisão ponderada. A maioria delas contribuem para a economia do concelho, para o pastoreio que evita os incêndios, também para a biodiversidade animal e para equilíbrio dos ecossistemas locais, no entanto há algumas explorações em que tem que se ter mais cuidado, já que se situam em zonas protegidas, perímetros urbanos ou em leito de cheia e que se sobrepõe às que poderão ter interesse municipal. -----

----Reafirmou que alguns processos não podem ser encarados de interesse municipal porque o interesse dos restantes munícipes fica um pouco a desejar. Será interesse dos proprietários mas não para os munícipes. -----

----Se não podem laborar onde estão, há sempre a possibilidade de ultrapassar o problema, deslocalizando a exploração para onde o PDM permite. -----

----Assim, o Grupo Municipal do PCP irá votar umas a favor e outras contra.-----

----O **Dr. Jacinto Leandro** que começou por lembrar que antes deste novo enquadramento legal, a declaração de Interesse Municipal era a última palavra que levava à aprovação ou não.-----

----Com legislação em causa, o interesse municipal é dado atendendo a um conjunto de requisitos que resultaram da ida ao local e do parecer técnico, mas, independentemente da posição do município, há um conjunto de entidade que têm autonomia para decidir e não é por terem o reconhecimento da Assembleia Municipal que a regularização destas explorações vai ser feita. -----

----Referiu que grande parte das explorações estão à espera destas regularizações há já algum tempo, e assim podem resolver os problemas. -----

----Também fez notar que, se depois da visita ao local pelo Executivo, os casos mais graves foram afastados, e atendendo a que está em causa os empregos de muita gente, confia na visita feita e nos parecer técnicos e dá o seu aval a este conjunto de regularizações. -----

----O **Sr. Luís Carlos Lopes**, disse que iria falar com conhecimento de causa pois conhece estas atividades há dezenas de anos, e trata-se de pequenas atividades económicas, algumas encontrando-se em situação de alguma complexidade. -----

----Este tipo de regularizações, ao abrigo da legislação já referida também decorreram na Lourinhã e Alenquer com dezenas de situações análogas. -----

----Muitos dos processos agendados, têm interesse como atividade económica mas se não laborarem neste local, não têm capacidade para se deslocarem e não é assim tão acessível adquirir terrenos, por isso o que a colega Teresa Oliveira referiu não é assim tão linear. São

situações de quase auto-emprego do proprietário e/ou descendentes.-----

---- Também tendo por base a deliberação do Executivo Municipal nomeadamente dos Vereadores do PSD, o Grupo Municipal do PSD iria votar favoravelmente. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara disse que iria dar a palavra ao Vereador do Setor para dar alguns indicadores relevantes: -----

---- O **Vereador Bruno Ferreira** começou por explicar que se trata de um regime excecional para regularização destas situações. Aplica-se a indústria extrativa ou transformadora, atividade pecuária, gestão de resíduos e aproveitamento de massa minerais, mas dos 23 processos agendados, 21 são pecuária e 2 de indústria.-----

---- Explicou ainda que este reconhecimento municipal no fundo é o início do procedimento, e sem o mesmo não havia possibilidade de estas atividades serem regularizadas. Haverá depois uma conferência decisória onde estará a Câmara Municipal, a CCDR e várias outras entidades que irão apreciar todas estas propostas.-----

---- Fez notar que não conhece nenhum Plano Diretor Municipal do país que tenha o artigo 129.º, que permite regularizar muitas destas atividades. No entanto estes pedidos foram elaborados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 01/11 e não ao abrigo do art.º 129.º do PDMTV, embora o pudessem fazer. -----

---- Disse que nestas 23 explorações a espécie animal importa e foi importante a visita que o Executivo fez ao local para perceber a espécie envolvida e qual era o impacte ambiental de cada uma. -----

---- Quanto às questões de indeferimento, o Executivo teve em atenção o parecer técnico e ainda foram consideradas a existência ou não de reclamações da população, evidências da contaminação de aquíferos assim como pareceres dos executivos anteriores sobre estes processos.-----

---- Lembrou que têm 160 explorações no concelho e hoje estão aqui 13%. As 21 pecuárias têm uma faturação anual de €5.000.000,00, 43 postos de trabalho, ou seja muitas destas explorações têm um trabalhador e só uma ou duas têm sete ou oito postos de trabalho. -----

---- Trata-se de um regime excecional, que permite contrariar os instrumentos de gestão territorial, ou seja, eventualmente poderão promover uma alteração ao PDM de forma a validar algumas destas situações. -----

---- Por último informou que os pressupostos de avaliação técnica tidos em conta foram, tipo de exploração, impacto visual na envolvente, propagação dos cheiros, considerando os ventos dominantes, a relação com os aglomerados mais próximos, a existência de reclamações e eventuais conflitos com os furos de captação de água e com unidades turísticas. Também foram consideradas uma série de condições, relacionadas com o impacte na envolvente, tais como

cortinas arbóreas, cultivo de árvores, concentração de edificações e com ainda a necessidade de requalificação das infraestruturas das edificações da exploração.-----

-----Terminadas as intervenções o Sr. Presidente da Mesa disse que iriam passar à votação individual de cada um dos processos, assim:-----

-----Anota-se que o membro António Moreira esteve ausente na votação de todos estes processos.-----

10.1 - REGULARIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA DE OVINOS E CAPRINOS – MONTE REDONDO, UNIÃO FREGUESIAS DE MAXIAL E MONTE REDONDO — REQUERIDO POR MARIA HELENA DOS SANTOS LOPES GONÇALVES, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CI/25/2017:-----

-----Presente ofício número 7080, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de julho de 2017, a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo de 14/07/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 33 votos a favor, 3 votos contra e 1 abstenção reconhecer o interesse municipal para regularização de exploração agropecuária de ovinos e caprinos – Monte Redondo, União Freguesias de Maxial e Monte Redondo — requerido por Maria Helena dos Santos Lopes Gonçalves, referente ao processo de obras CI/25/2017.-----

-----Anota-se que votaram contra Teresa Oliveira, Joaquim Gomes e Paula Mota e se absteve Rui Prudêncio.-----

10.2 - REGULARIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA DE OVINOS E CAPRINOS – BAIRO INOCÊNCIO, TORRES VEDRAS FREGUESIA SANTA MARIA, SÃO PEDRO E MATAÇÕES — REQUERIDO POR ANTÓNIO DOS REIS REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CI/22/2017:-----

-----Presente ofício número 7081, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de julho a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo de 14/07/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 33 votos a favor, 3 votos contra e 1 abstenção reconhecer o interesse municipal para regularização de exploração agropecuária de ovinos e caprinos – Bairro Inocêncio, Torres Vedras, Freguesia Santa Maria, São Pedro e Matações — requerido por António dos Reis referente ao processo de obras CI/22/2017.-----

-----Anota-se que votaram contra Teresa Oliveira, Joaquim Gomes e Paula Mota e se absteve Rui Prudêncio.-----

10.3 - REGULARIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA DE CAPRINOS – FONTE DO CASAL, UNIÃO FREGUESIAS DE A-DOS-CUNHADOS E MACEIRA — REQUERIDO POR MARIA DE JESUS MARTA ALVES NUNES, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS

CI/19/2017:-----

-----Presente ofício número 7082, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de julho a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo de 14/07/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 33 votos a favor e 1 abstenção reconhecer o interesse municipal para regularização de exploração agropecuária de caprinos – Fonte do Casal, União Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira — requerido por Maria de Jesus Marta Alves Nunes, referente ao processo de obras CI/19/2017: -----

-----Anota-se que se absteve Rui Prudêncio. -----

10.4 - REGULARIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA DE OVINOS E CAPRINOS – CASAL DOS AREEIROS – FONTE GRADA, UNIÃO FREGUESIAS DE SANTA MARIA, SÃO PEDRO E MATAÇÕES — REQUERIDO POR ORLANDO DOS SANTOS CUNHA, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CI/24/2017: -----

-----Presente ofício número 7083, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de julho a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo de 14/07/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 36 votos a favor e 1 abstenção reconhecer o interesse municipal para regularização de exploração agropecuária de ovinos e caprinos – Casal dos Areeiros – Fonte Grada, União Freguesias de Santa Maria, São Pedro e Matações — requerido por Orlando dos Santos Cunha, referente ao processo de obras CI/24/2017. -----

-----Anota-se que se absteve Rui Prudêncio. -----

10.5 - REGULARIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA DE OVINOS E CAPRINOS – CASAL DO CHICHARO FREGUESIA DE SILVEIRA — REQUERIDO POR RENATO MARTINHO ALVES, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CI/28/2017: -----

-----Presente ofício número 7084, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de julho a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo de 14/07/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 33 votos a favor e com 3 votos contra e 1 abstenção reconhecer o interesse municipal para regularização de exploração agropecuária de ovinos e caprinos – Casal do Chicharo Freguesia de Silveira — requerido por Renato Martinho Alves, referente ao processo de obras CI/28/2017. -----

-----Anota-se que votaram contra Teresa Oliveira, Joaquim Gomes e Paula Mota e se absteve Rui Prudêncio. -----

10.6 - REGULARIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA DE OVINOS – CARREGUEIRA – FREGUESIA DE VENTOSA — REQUERIDO POR DUARTE RODRIGUES ALVES,

REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CI/26/2017:-----

-----Presente ofício número 7085, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de julho a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo de 14/07/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 33 votos a favor, 3 votos contra e 1 abstenção reconhecer o interesse municipal para regularização de exploração agropecuária de ovinos – Carregueira – Freguesia de Ventosa — requerido por Duarte Rodrigues Alves, referente ao processo de obras CI/26/2017: -----

-----Anota-se que votaram contra Teresa Oliveira, Joaquim Gomes e Paula Mota e se absteve Rui Prudêncio.-----

10.7 - REGULARIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA DE BOVINOS – GENTIAS DE BAIXO, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA CADEIRA — REQUERIDO POR JOSÉ ANTÓNIO ANTUNES FRANCO, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CI/18/2017: -----

-----Presente ofício número 7086, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de julho a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo de 14/07/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 33 votos a favor, 3 votos contra e 1 abstenção reconhecer o interesse municipal para regularização de exploração agropecuária de bovinos – Gentias de Baixo, Freguesia de São Pedro da Cadeira — requerido por José António Antunes Franco, referente ao processo de obras CI/18/2017: -----

-----Anota-se que votaram contra Teresa Oliveira, Joaquim Gomes e Paula Mota e se absteve Rui Prudêncio.-----

10.8 - REGULARIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA PARA PRODUÇÃO DE VACAS DE RAÇA DE LIDE – CASAL DA CARRASQUINHA – UNIÃO DE FREGUESIAS DE A-DOS-CUNHADOS — REQUERIDO POR FRANCISCO JOSÉ FERREIRA PAULO, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CI/32/2017:-----

-----Presente ofício número 7087, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de julho a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo de 14/07/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria 36 votos a favor e 1 abstenção reconhecer o interesse municipal para regularização de exploração agropecuária para produção de vacas de raça de lide – Casal da Carrasquinha – União de Freguesias de A-dos-Cunhados — requerido por Francisco José Ferreira Paulo, referente ao processo de obras CI/32/2017:-----

-----Anota-se que se absteve Rui Prudêncio.-----

10.9 - REGULARIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA DE OVINOS E CAPRINOS –

**CASAL DO VALE POBRE – UNIÃO FREGUESIAS DE A-DOS-CUNHAOS E MACEIRA —
REQUERIDO POR FERNANDO FERREIRA, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS
CI/17/2017:**-----

-----Presente ofício número 7088, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de julho a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo de 14/07/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 36 votos a favor e 1 abstenção reconhecer o interesse municipal regularização de exploração agropecuária de ovinos e caprinos – Casal do Vale Pobre – União Freguesias de A-dos-Cunhaos e Maceira — requerido por Fernando Ferreira, referente ao processo de obras CI/17/2017:-----

-----Anota-se que se absteve Rui Prudêncio. -----

10.10 - REGULARIZAÇÃO DE INDUSTRIA DE PANIFICAÇÃO E PASTELARIA – A-DOS-CUNHADOS – UNIÃO FREGUESIAS DE A-DOS-CUNHADOS E MACEIRA — REQUERIDO POR ANTÓNIO JOSÉ E ROSIENI MARQUES LDA, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS OP 3436/1985:-----

-----Presente ofício número 7089, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de julho a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo de 14/07/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 33 votos a favor, 3 votos contra reconhecer o interesse municipal para regularização de industria de panificação e pastelaria – A-dos-Cunhados – União Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira — requerido por António José e Rosieni Marques Lda, referente ao processo de obras OP 3436/1985:-----

-----Anota-se que votaram contra Teresa Oliveira, Joaquim Gomes e Paula Mota. -----

10.11 - REGULARIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA DE CAPRINOS – CASAL DA AZENHA DAS FLORES, UNIÃO FREGUESIAS DE SANTA MARIA, SÃO PEDRO E MATAÇÕES — REQUERIDO POR ANA PAULA DOS SANTOS SILVA, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CI/29/2017:-----

-----Presente ofício número 7090, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de julho a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo de 14/07/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria 33 votos a favor, 3 votos contra e 1 abstenção reconhecer o interesse municipal para regularização de exploração agropecuária de caprinos – Casal da Azenha das Flores, União Freguesias de Santa Maria, São Pedro e Matações — requerido por Ana Paula dos Santos Silva, referente ao processo de obras CI/29/2017:-----

-----Anota-se que votaram contra Teresa Oliveira, Joaquim Gomes e Paula Mota e se absteve Rui

Prudêncio.-----

10.12 - REGULARIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA DE OVINOS – CASAS NOVAS – FREGUESIA DE SILVEIRA — REQUERIDO POR JOSÉ MAXIMINO BERNARDO, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CI/31/2017:-----

-----Presente ofício número 7091, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de julho a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo de 14/07/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria 33 votos, 3 votos contra e 1 abstenção reconhecer o interesse municipal para regularização de exploração agropecuária de ovinos – Casas Novas – Freguesia de Silveira — requerido por José Maximino Bernardo, referente ao processo de obras CI/31/2017: -----

-----Anota-se que votaram contra Teresa Oliveira, Joaquim Gomes e Paula Mota e se absteve Rui Prudêncio.-----

10.13 - REGULARIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA PARA PRODUÇÃO DE VACAS DE RAÇA DE LIDE – RUA DOS CAMILOS N.º 1 – MOUGUELAS, UNIÃO FREGUESIAS DE DOIS PORTOS E RUNA — REQUERIDO POR ARTUR MANUEL ARRAIS CONCEIÇÃO, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CI/33/2017:-----

-----Presente ofício número 7092, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de julho a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo de 14/07/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 36 votos a favor e 1 abstenção reconhecer o interesse municipal para regularização de exploração agropecuária para produção de vacas de raça de lide – Rua dos Camilos n.º 1 – Mouquelas, União Freguesias de Dois Portos e Runa — requerido por Artur Manuel Arrais Conceição, referente ao processo de obras CI/33/2017: -----

-----Anota-se que se absteve Rui Prudêncio.-----

10.14 - REGULARIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA DE OVINOS E CAPRINOS – CASAL DA CARRASQUEIRA – UNIÃO FREGUESIAS DE A-DOS-CUNHADOS E MACEIRA — REQUERIDO POR JOSÉ ANTÓNIO ESTEVÃO, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CI/20/2017:-----

-----Presente ofício número 7093, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de julho a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo de 14/07/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 36 votos a favor e 1 abstenção reconhecer o interesse municipal para regularização de exploração agropecuária de ovinos e caprinos – Casal da Carrasqueira – União Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira — requerido por José António

Estevão, referente ao processo de obras CI/20/2017: -----

----- Anota-se que se absteve Rui Prudêncio. -----

10.15 - REGULARIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA DE OVINOS E CAPRINOS – TERRA DO VALE - FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA CADEIRA — REQUERIDO POR JOSÉ MANUEL PEREIRA FRANCO, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CI/21/2017:-----

----- Presente ofício número 7094, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de julho a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo de 14/07/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 33 votos a favor, 3 votos contra e 1 abstenção reconhecer o interesse municipal para regularização de exploração agropecuária de ovinos e caprinos – Terra do Vale - Freguesia de São Pedro da Cadeira — requerido por José Manuel Pereira Franco, referente ao processo de obras CI/21/2017: -----

----- Anota-se que votaram contra Teresa Oliveira, Joaquim Gomes e Paula Mota e se absteve Rui Prudêncio. -----

10.16 - REGULARIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA DE BOVINOS – CASAL DE TORRES – UNIÃO FREGUESIAS DE MAXIAL E MONTE REDONDO — REQUERIDO POR PAULA SOFIA CARREIRA LUÍS NOBRE, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CI/30/2017:-----

----- Presente ofício número 7095, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de julho a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo de 14/07/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 33 votos a favor, 3 votos contra e 1 abstenção reconhecer o interesse municipal para regularização de exploração agropecuária de bovinos – Casal de Torres – União Freguesias de Maxial e Monte Redondo — requerido por Paula Sofia Carreira Luís Nobre, referente ao processo de obras CI/30/2017: -----

----- Anota-se que votaram contra Teresa Oliveira, Joaquim Gomes e Paula Mota e se absteve Rui Prudêncio. -----

10.17 - REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADE DE FABRICO E COMÉRCIO DE PÃO E PASTELARIA - CASAS DE S. GIÃO – UNIÃO FREGUESIAS DE SANTA MARIA, SÃO PEDRO E MATAÇÃES — REQUERIDO POR PANCRISP – INDUSTRIA DE PANIFICAÇÃO, LDA REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CI/38/2017:-----

----- Presente ofício número 8843, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de agosto a remeter o processo em título para agendamento, o qual o Executivo de 31/08/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 34 votos a favor e 3 votos contra reconhecer

o interesse municipal para regularização de atividade de fabrico e comércio de pão e pastelaria - Casais de S. Gião – União Freguesias de Santa Maria, São Pedro e Matações — requerido por Pancrisp – Industria de Panificação, Lda referente ao processo de obras CI/38/2017:-----

-----Anota-se que votaram contra Teresa Oliveira, Joaquim Gomes e Paula Mota.-----

10.18 - REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADE PECUÁRIA - CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA PRODUÇÃO DE LEITE – VILA FACAIA – FREGUESIA DO RAMALHAL — REQUERIDO POR JOSÉ SIMÕES AMARO, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CI/44/2017:-----

-----Presente ofício número 8841, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de agosto a remeter o processo em título para agendamento, o qual o Executivo de 31/08/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 33 votos contra, 3 votos contra e 1 abstenção reconhecer o interesse municipal para regularização de atividade pecuária - criação de bovinos para produção de leite – Vila Facaia – Freguesia do Ramalhal — requerido por José Simões Amaro, referente ao processo de obras CI/44/2017:-----

-----Anota-se que votaram contra Teresa Oliveira, Joaquim Gomes e Paula Mota e se absteve Rui Prudêncio.-----

10.19 - REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADE PECUÁRIA – ENGORDA DE BOVINOS – FAINEIRA OU BASTONADA – MAXIAL, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MAXIAL E MONTE REDONDO — REQUERIDO POR J.N.C.R. AGROPECUÁRIA LDA , REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CI/43/2017:-----

-----Presente ofício número 8839, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de agosto a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo em 31/08/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 33 votos a favor, 3 votos contra e 1 abstenção reconhecer o interesse municipal para regularização de atividade pecuária – engorda de bovinos – Faineira ou Bastonada – Maxial, União de Freguesias de Maxial e Monte redondo — requerido por J.N.C.R. Agropecuária Lda , referente ao processo de obras CI43/2017:-----

-----Anota-se que votaram contra Teresa Oliveira, Joaquim Gomes e Paula Mota e se absteve Rui Prudêncio.-----

10.20 - REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADE PECUÁRIA – ENGORDA DE BOVINOS – CAMINHOS BRANCOS – CERCA, FREGUESIA DE SILVEIRA — REQUERIDO POR BUGAVET – PRODUÇÃO ANIMAL, UNIPessoal LDA, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CI/34/2017:-----

-----Presente ofício número 8837, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de agosto a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo em 31/08/2017 deliberou

considerar de interesse municipal a regularização da atividade. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 36 votos a favor e 1 abstenção reconhecer o interesse municipal para regularização de atividade pecuária – engorda de bovinos – Caminhos Brancos – Cerca, Freguesia de Silveira — requerido por Bugavet – Produção Animal, Unipessoal Lda, referente ao processo de obras CI/34/2017: -----

----- Anota-se que se absteve Rui Prudêncio. -----

10.21 - REGULARIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA PARA VACARIA – QUINTA DA BOGALHEIRA – UNIÃO DE FREGUESIAS DE CAMPELOS E OUTEIRO DA CABEÇA — REQUERIDO POR SOCIEDADE AGRÍCOLA IRMÃOS SEVERIANO, LDA , REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CZ/47/2017:-----

----- Presente ofício número 8844, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de agosto a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo em 31/08/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 33 votos a favor, 3 votos contra e 1 abstenção reconhecer o interesse municipal para regularização de exploração agropecuária para vacaria – Quinta da Bogalheira – União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça — requerido por Sociedade Agrícola Irmãos Severiano, Lda., referente ao processo de obras CZ/47/2017:-----

----- Anota-se que votaram contra Teresa Oliveira, Joaquim Gomes e Paula Mota e se absteve Rui Prudêncio. -----

10.22 - REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADE PECUÁRIA DE SUINICULTURA – CARTAXANAS – FREGUESIA DA SILVEIRA — REQUERIDO POR CUALE, SOCIEDADE IMOBILIÁRIA LDA , REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CI/42/2017:-----

----- Presente ofício número 8838, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de agosto a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo em 31/08/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 33 votos a favor, 3 votos contra e 1 abstenção reconhecer o interesse municipal para regularização de atividade pecuária de suinicultura – Cartaxanas – Freguesia da Silveira — requerido por Cuale, Sociedade Imobiliária Lda , referente ao processo de obras CI/42/2017: -----

----- Anota-se que votaram contra Teresa Oliveira, Joaquim Gomes e Paula Mota e se absteve Rui Prudêncio. -----

10.23 - REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADE PECUÁRIA – ENGORDA DE BOVINOS E OVINOS – RUA DO RAINHO – ASSENTA – FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA CADEIRA — REQUERIDO POR LUÍS MANUEL ALVES MARTINS, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CI/37/2017:

10.24 - REGULARIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE INDUSTRIAL - AV. DOS COMBATENTES – VENTOSA - FREGUESIA DA VENTOSA — REQUERIDO POR JOARTEMAQ – MÁQUINAS DUARTE LDA, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CI/39/2017: -----

-----Presente ofício número 8842, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de agosto a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo em 31/08/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 33 votos a favor, 3 votos contra e 1 abstenção reconhecer o interesse municipal regularização de atividade pecuária – engorda de bovinos e ovinos – Rua do Rainho – Assenta – Freguesia de São Pedro da Cadeira — requerido por Luís Manuel Alves Martins, referente ao processo de obras CI/37/2017: -----

-----Anota-se que votaram contra Teresa Oliveira, Joaquim Gomes e Paula Mota e se absteve Rui Prudêncio.-----

10.24 - REGULARIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE INDUSTRIAL - AV. DOS COMBATENTES – VENTOSA - FREGUESIA DA VENTOSA — REQUERIDO POR JOARTEMAQ – MÁQUINAS DUARTE LDA., REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS CI/39/2017: -----

-----Presente ofício número 8842, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de agosto a remeter o processo em título para agendamento, ao qual o Executivo em 31/08/2017 deliberou considerar de interesse municipal a regularização da atividade. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 34 votos contra e 3 votos contra reconhecer o interesse municipal regularização e ampliação de unidade industrial - Av. dos Combatentes – Ventosa - Freguesia da Ventosa — requerido por Joartemaq – Máquinas Duarte Lda., referente ao processo de obras CI/39/2017: -----

-----Anota-se que votaram contra Teresa Oliveira, Joaquim Gomes e Paula Mota.-----

PONTO 11 – TOMAR CONHECIMENTO DA PETIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO HOSPITAL EM TORRES VEDRAS, QUE FOI APRECIADA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 20 DE ABRIL:-----

-----Presente e-mail de António Moreira de 13 de junho, a solicitar o agendamento da petição em título que a seguir se transcreve: -----

-----Os abaixo assinados, cidadãos nacionais, de maior idade, residentes e/ou trabalhadores no concelho de Torres Vedras, vêm, ao abrigo do disposto nos artºs. 52º. e 64º. da Constituição da República Portuguesa (C.R.P.) e da Lei no. 43/90, com as alterações posteriores, dirigir a presente petição à Assembleia da República, ao Governo de Portugal, Câmara Municipal e á Assembleia Municipal de Torres Vedra, nos termos e com os fundamentos seguintes:-----

-----1- De acordo com o artº64º., nº. 1, nº2, a) e nº3, a) da C.R.P., todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover, através de um Serviço Nacional de Saúde universal

e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito, incumbindo, prioritariamente, ao Estado garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação.-----

----- 2 -Todavia o velho Hospital Distrital de Torres Vedras, destinado a este serviço, funciona num edifício construído há várias décadas, encontrando-se totalmente desadequado e inapto a cumprir essa função sendo certo que serve cerca de 293.000 habitantes dos concelhos de Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Óbidos, Torres Vedras e parte de Mafra.-----

-----3 -Acresce que ultimamente tem sido desviadas deste edifício sede, várias especialidades médicas para outras localidades, nomeadamente ginecologia /obstetrícia, e pediatria/neonatologia, sendo certo que muitos utentes tem-se visto obrigados a procurar outras “ofertas”.-----

-----4 - Nestas circunstâncias e respondendo a um imperativo de consciência cívica e de pura cidadania, vêm, os signatários, solicitar às entidades destinatárias que, recebida esta petição, promovam junto do Estado Português, a construção de novo Edifício para se instalar “de raiz”, o Centro Hospitalar do Oeste/E.P.E., com sede nesta cidade de Torres Vedras, eventualmente com recurso a fundos comunitários, com todas as especialidades médicas, incluindo as recentemente desviadas, supra referidas, com vista a que o Estado garanta aos Torrienses, e seus vizinhos, toda a prestação dos cuidados médicos do Serviço Nacional de Saúde”.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO 12 - APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013 DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO.-----

----- Presente informação referente à atividade do município de julho, agosto e setembro de 2017, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documentos referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores a 31.08.17 é de €1.212.161,44 e o saldo de tesouraria € 3 988 005,88.-----

----- O **Sr. Vítor Fernandes** lembrou que há duas sessões atrás o edil disse que na interrupção letiva do 3.º período iria ser removido o amianto das escolas do primeiro ciclo e questionou se esse trabalho já foi todo feito.-----

----- O **Sr. João Bastos** referiu-se ao ponto 5 – Urbanismo, trabalho de processo de aquisições de imóveis necessários para os projetos do PEDU, para questionar se há critérios específico para a aquisição dos imóveis.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que já se fizeram os trabalhos de remoção do amianto na cobertura que ligava os pavilhões da escola da Freiria, e quanto às restantes informou

que têm vindo junto dos agrupamentos a monitorizar a sua evolução e não têm qualquer referência para o fazer no imediato. -----

---- Mais esclareceu que têm a informação do Ministério de Educação que vão ter um programa específico e assim que as candidaturas estiverem abertas, o município está preparado para avançar. -----

---- Quanto à questão do membro João Bastos informou que o critério passa pela disponibilidade do vendedor e pela disponibilidade do município para adquirir, em função do que está definido na ARU e no PEDU. -----

---- Tem havido negociações, umas com sucesso, outras não, mas as aquisições têm decorrido em bom ritmo e na última reunião do Executivo aprovaram 3 projetos de recuperação e estão a cumprir o programa. -----

---- O **Sr. Vítor Fernandes** fez notar que o edil deve falar verdade lembrando que duas sessões atrás o edil disse que o amianto ia ser retirado de todas as escolas nas férias da páscoa. -----

---- A **Sra. Susana Neves** questionou se existem indicadores de funcionamento da Loja do Cidadão e dos Espaços do Cidadão no Concelho, ou seja uma avaliação global. -----

---- O **Sr. Jacinto Leandro** reportou-se ao último parágrafo da situação financeira do município que dá nota que o limite da dívida total para 2017 é de €79.011.923,45, e valor da dívida total em 30/06/17 era de €20.315.662,00 e no interesse das crianças e dos cidadãos e de Torres Vedras apelou que o município de Torres Vedras aproveite esta capacidade de endividamento no futuro, para resolver o mais rapidamente possível problema das escolas do concelho para que todas as crianças tenham as mesmas condições, apostando claramente na educação e que só depois vão poder estar aptos para outras obras. -----

---- A **Sra. Marta Geraldes** dirigindo-se ao membro Susana Neves informou que no primeiro mês de atividade a Loja do Cidadão de Torres Vedras, registou 9140 atendimentos, informação que está no site da Câmara Municipal. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu ao membro Vítor Fernandes que na última sessão informou que seria retirado o amianto na escola da EB 2,3 da Freiria e que estavam a monitorizar as outras situações. -----

---- Relativamente à questão da **Susana Neves** informou que a loja do Cidadão tem mais de 9300 utilizações nas suas várias áreas de atividade e está a funcionar bem. Ainda há pequenos ajustamentos a fazer mas está a ser monitorizado. -----

---- Quanto aos Espaços do Cidadão que irão funcionar nas juntas de freguesia ainda não estão sistematizados, mas a prioridade é estabilizar o funcionamento da loja do cidadão da cidade para que possa prestar um serviço de excelência e de qualidade aos que procuram este serviço. -----

---- Deu nota que já recebe pessoas do concelho de Mafra, o que é um bom indicador. -----

-----Quando ao desafio lançado pelo membro Jacinto Leandro, disse que cabe ao próximo Executivo Municipal pensar sobre o mesmo.-----

-----Por último, agradeceu a todos os membros o trabalho profícuo que a Assembleia Municipal fez ao longo de quatro anos, enobrecendo a democracia participativa, cada uma com a sua visão, mas acima de tudo com um contributo positivo para a democracia torriense.-----

-----Em nome da Câmara Municipal agradeceu a todos os colegas da Área Administrativa, que têm ao longo destes anos acompanhado os trabalhos e que são peças fundamentais no apoio aos dois órgãos contribuindo para que seja um referencial na gestão do município. -----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal António Fortunato** agradeceu a todos os presentes por lhe terem confiado este cargo por um dia. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. António Fortunato a aprovação da minuta da ata da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 24:00 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. Francisco Branco da Silva, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.--
